

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/03/2015 a 31/03/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Incra/MG cria primeiro assentamento do ano com capacidade para 25 famílias</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/03/2015 ....	3
<b>Relatório delimita área quilombola em Araguatins (TO)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/03/2015 .....	3
<b>Incra publica relatório de identificação e delimitação do Território Quilombola do Fôjo, em Itacaré (BA)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2015 .....	4
<b>Juventude Sem Terra se desafia a impulsionar a luta pela Reforma Agrária</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 13/03/2015 .....	5
<b>Ministro fala sobre princípio da função social da propriedade a universitários.</b> Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/03/2015 .....	6
<b>Dilma salienta importância da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária para o desenvolvimento rural.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/03/2015 .....	7
<b>Agricultores mineiros discutem acesso à terra e programas do MDA no IV Congresso da Fetraf MG</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 25/03/2015 .....	9
<b>Incra investe R\$ 30,3 milhões em Rondônia em 2014</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2015 .....	10
<b>Ministro recebe MST e reafirma compromisso com a reforma agrária.</b> Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/03/2015 .....	11
<b>Incra/MA beneficia 133 famílias de agricultores com criação de três assentamentos</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/03/2015 .....	11
<b>Entrega de títulos beneficia agricultores familiares no Pará.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/03/2015 .....	12
<b>Maria Lúcia Falcón assume presidência do Incra</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/03/2015 .....	13
<b>Incra/SP obtém usucapião de área particular do Quilombo André Lopes</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015 .....	14
<b>Incra revisa Instrução Normativa que trata do processo de obtenção de terras</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015 ..	15
<b>Audiência Pública define compra de nova área para reforma agrária no Paraná</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015 ..	15

### **Incra/MG cria primeiro assentamento do ano com capacidade para 25 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/03/2015**

O Incra em Minas Gerais criou o primeiro assentamento de 2015, com a publicação de portaria no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (2). O projeto vai abrigar 25 famílias de trabalhadores rurais nos 1,3 mil hectares da antiga Fazenda Monte Cristo – localizada no município em Salto da Divisa, no Vale do Jequitinhonha, distante cerca de 870 km da capital Belo Horizonte.

O imóvel foi considerado, em laudo agrônômico de fiscalização, grande propriedade improdutiva, passível, portanto, de destinação para a reforma agrária.

O decreto presidencial que autorizou a desapropriação foi publicado em maio de 2006. No entanto, o Incra ficou impedido de ajuizar ação de desapropriação, antes de julgamento da ação do proprietário que questionava o laudo.

Confirmado o descumprimento da função social da terra pela justiça é que foi possível o ajuizamento da ação de desapropriação. A autarquia recebeu a posse da Fazenda em outubro do ano passado.

A Portaria determina diversas medidas para a instalação das famílias no local, como: a inclusão dos candidatos no CadÚnico, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salto da Divisa; seleção e homologação dos beneficiários; soluções referentes ao uso de recursos hídricos; inclusão no Cadastro Ambiental Rural; levantamento de demanda para eletrificação rural; moradia, entre outras obras de infraestrutura.

Com essa criação, o Incra/MG contabiliza a gestão de 335 assentamentos no estado, com cerca de 16 mil famílias assentadas.

---

### **Relatório delimita área quilombola em Araguatins (TO) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/03/2015**

O território da comunidade remanescente de quilombo da Ilha de São Vicente, localizado no município de Araguatins (TO), foi delimitado com a publicação de relatório técnico, que definiu uma área de 2.502 hectares para as 48 famílias descendentes do antigo quilombo.

O relatório técnico de identificação e delimitação foi publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de março. A publicação é uma etapa do processo de reconhecimento e titulação do território da comunidade quilombola.

O documento determinou as terras ocupadas tradicionalmente pela comunidade, por meio de estudos que identificaram a origem, a memória oral e documental do grupo relativa à história, tradições, saberes, práticas materiais e simbólicas. Os estudos foram elaborados por equipe multidisciplinar composta por servidores do Incra e por antropólogos da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Incra inicia este mês a notificação dos detentores de imóveis rurais, localizados na área delimitada do território, que têm prazo de 90 dias para apresentar manifestações e

contestações. O processo encontra-se à disposição dos interessados na sede regional do Incra/TO, em Palmas.

### *Histórico*

A comunidade está situada na Ilha de São Vicente, no Rio Araguaia, na divisa entre os estados do Pará e Tocantins. Os patriarcas da comunidade vieram de Carolina (MA) como pagamento de uma dívida para Vicente Bernardino Gomes, em 1869, sendo oito escravos (dois casais e quatro crianças). Com a abolição da escravatura em 1888, os ex-escravos ocuparam a ilha de Ilha Vicente, constituindo as famílias Barros e Noronha que deram origem à comunidade. Atualmente, os descendentes ocupam uma área de 32 hectares na ilha.

---

### **Incra publica relatório de identificação e delimitação do Território Quilombola do Fôjo, em Itacaré (BA) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2015**

O Território Quilombola do Fôjo situado no município de Itacaré, no Litoral Sul, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU). No Fôjo vivem 65 famílias numa área de 1,3 mil hectares.

O RTID do Fôjo é o primeiro de 2015, na Bahia, e o vigésimo terceiro já publicado no estado, desde o início do Programa Brasil Quilombola. A publicação representa o fim de uma etapa complexa que visa à titulação coletiva do território. O RTID reúne estudos antropológicos, históricos, mapas descritivos que reconhecem a ocupação ancestral dessas famílias no território.

Os 25 proprietários dos imóveis rurais e posseiros, inseridos no Território Quilombola serão notificados. Após a notificação, há um prazo de 90 dias para que o relatório técnico possa ser contestado.

### *Início*

O marco do Fôjo está centrado na chegada de um escravo, Alfredo Gomes, que fugiu guiando-se pelo Rio de Contas, em 1880, de acordo com o Relatório Antropológico. As famílias contaram que o nome “Fôjo” tem origem nas armadilhas montadas no tempo de Alfredo Gomes.

Na época, eles abriam, nas matas, covas fundas cobertas por folhas secas para caçar animais e que serviam de complementação alimentar para as famílias. Eram conhecidas como fojo.

Ainda segundo o Relatório Antropológico, os netos de Alfredo Gomes contavam que o avô aprendeu a técnica no período da escravatura quando os fojos eram abertos nas florestas pelos capitães-do-mato para “capturar” os escravos fugitivos. Ainda hoje é possível encontrar algumas destas armadilhas, em certos lugares das matas do território desta comunidade.

### *História*

O município de Itacaré guarda contradições lendárias. No presente, ponto turístico internacional com morros cobertos por florestas, paisagens paradisíacas e muitos coqueiros, no passado era uma das cidades referência no comércio negreiro na Bahia, onde o Rio de Contas desemboca no mar.

O comércio negreiro, o Rio de Contas e a formação de quilombos se entrelaçam ao longo dos séculos. É que, segundo o analista em reforma e desenvolvimento agrário o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/BA, Itamar Rangel, muitos navios afundavam ao adentrar no rio para comercializar escravos em Itacaré e os sobreviventes fugiam para as matas formando quilombos.

“Há relatos também de que no comércio quando acontecia qualquer distração, os escravos também corriam se jogavam no rio e nadavam para as matas”, complementa Rangel.

### *Economia*

As famílias do Fôjo são formadas por pequenos agricultores voltados para a criação de animais de pequeno e médio porte e para a pesca no Rio de Contas. A agricultura envolve culturas para consumo e venda com os cultivos de cacau, banana, azeite de dendê, feijão, pimenta, abóbora e cupuaçu, além da mandioca com a finalidade da fabricação da farinha. A produção excedente é comercializada em feiras livres em Itacaré e no distrito de Taboquinhas.

---

## **Juventude Sem Terra se desafia a impulsionar a luta pela Reforma Agrária – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 13/03/2015**

*Dos 6 mil Sem Terra que participam da marcha estadual do MST na Bahia, 3.500 são jovens, e têm o desafio de levar adiante a luta pela Reforma Agrária*

(Fonte: Página do MST)

A Marcha do MST na Bahia, que mobiliza cerca de 6 mil trabalhadores de dez regiões do estado, reúne mais de 3.500 jovens.

A Juventude Sem Terra, em parceria com o Levante Popular da Juventude e o Núcleo de Estudo e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), estão denunciando o agronegócio e pautando a Agricultura Camponesa como principal produtora de alimentos no país.

Vanessa Barbosa (19), do Assentamento Rosinha do Prado, no extremo sul baiano, afirma que “aos poucos a juventude vem se organizando, sobretudo na construção de cursos de formação política”.

Uma das tarefas abraçadas pelos jovens durante a marcha é o trabalho com a cultura, animação, formação e consolidação de um coletivo na Bahia, capaz de fortalecer o debate da Reforma Agrária Popular nos diversos campos sociais.

Para isso, a mística em torno destas questões os colocam como principais protagonistas da luta contra o capital. Tendo como ferramenta discursiva e prática a comunicação popular e agitação e propaganda.

Por conta das inúmeras contradições da luta no campo, a juventude convive com diversos problemas. O êxodo rural é um exemplo, pois boa parte migra para as cidades a procura de educação superior ou técnica, atenção básica de saúde e moradia.

Estas questões dificultam que a juventude complete ciclos de sua organicidade dentro das instâncias do Movimento.

#### *Assembleia da Juventude*

Durante o processo de luta em Marcha, os jovens terão a tarefa de realizar a 1ª Assembleia da Juventude.

O espaço acontecerá na próxima terça-feira (17), em Salvador, e possui o objetivo de debater sobre os novos desafios que virão, e como os jovens podem influenciar nos próximos rumos do Movimento.

A assembleia cumpre o papel de continuar com a formação política, impulsionar e fortalecer a participação.

---

#### **Ministro fala sobre princípio da função social da propriedade a universitários. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/03/2015**

O início das atividades do primeiro semestre de 2015 na centenária Universidade Candido Mendes (UCAM) foi marcado por uma aula magna do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, na sede da instituição, nesta terça-feira (17), no Rio de Janeiro (RJ). Aos estudantes que lotaram o Teatro João Theotônio, com capacidade para 290 pessoas, o ministro, que também é professor licenciado, propôs uma reflexão sobre a posse, a propriedade e o uso da terra.

Patrus Ananias discorreu sobre fatos históricos que contribuíram para a concentração de terras no Brasil, recordando, por exemplo, as Capitânicas Hereditárias, o Coronelismo e a Escravatura. "É necessário conhecer a história para compreendermos o presente e avançarmos no futuro", disse.

Ainda falou dos fundamentos e dos avanços legais que tratam do tema. E, mais uma vez, defendeu a função social da propriedade, prevista na Constituição Brasileira de 1988. "O direito à propriedade, e não de propriedade, é sagrado", reforçou ao salientar que os princípios previstos na Carta Magna ainda não se esgotaram e precisam ser trabalhados com mais empenho.

Estudante do primeiro semestre de Direito, o jovem Fernando Mello, 18 anos, avaliou como muito interessante e atual o tema apresentado. "É imprescindível essa contextualização histórica para entendermos o momento e encontrarmos soluções para a reforma agrária", comentou.

O reitor Candido Mendes agradeceu a participação do ministro. "Essa sua contribuição nos enche de esperança para a realização das mudanças que precisamos."

No final da aula, o ministro homenageou quatro personalidades importantes para o fortalecimento do Brasil: Dom Luciano Mendes de Almeida, Herbert de Souza, o Betinho, Alceu Amoroso Lima e Darcy Ribeiro.

A Candido Mendes foi criada em 1902. Oferece 24 cursos em 18 campus para 22 mil alunos.

---

**Dilma salienta importância da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária para o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/03/2015**

“Nós queremos que a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, tenham produção e industrialização que agreguem valor. O que está construído aqui é uma alternativa real para erradicação da pobreza rural. Um tripé: cooperativismo, agroindustrialização e agroecologia. Demonstrando uma reforma agrária moderna direcionada para o crescimento, para o futuro”, afirmou a presidenta Dilma Rousseff, após inaugurar a unidade de secagem de arroz, no assentamento Lanceiros Negros, em Eldorado do Sul (RS), nesta sexta-feira (20).

Segundo a presidenta, o Brasil tem que saber que é possível produzir arroz de alta qualidade, de forma agroecológica, com desenvolvimento sustentável baseado nos assentados da reforma agrária. “Agora estas famílias vão ter condições de ter uma renda digna e de garantir um futuro melhor para seus filhos. Essa é uma experiência que deu certo”, enfatizou a presidenta, que anteriormente participou da abertura da 12ª Colheita do Arroz Agroecológico no estado.

Dilma garantiu, para os mais de seis mil presentes no ato de inauguração, que o Pronatec Campo e o Minha Casa Minha Vida Rural continuarão sendo prioridades do governo. “A reforma agrária amadureceu em qualidade. Queremos que os assentamentos sejam espaços de vida, não só de produção rural. Para isso, reforço meu compromisso com a manutenção desses programas que asseguram moradia e capacitação, bem como os que garantem a comercialização.”

“Este é o Brasil que queremos, um país complexo, com uma agricultura familiar forte, um alto negócio para as famílias, um alto negócio para o País. Para isso, temos garantindo, desde 2003, a expansão do Pronaf, do seguro que protege o agricultor, além de facilitar a compra de equipamentos e garantir assistência técnica”, disse a presidenta Dilma.

Ao falar do seu compromisso com a reforma agrária, Dilma apontou as expectativas para o tema. “Queremos uma reforma agrária que crie condição de vida digna no campo, queremos que a tecnologia seja absorvida. Assistência técnica não é só ensinar a plantar, mas garantir, por exemplo, acesso à internet, para que os jovens possam viver em assentamentos da mesma forma como vivem no meio urbano.”

Este ano, a expectativa é que sejam colhidos mais de 24 mil toneladas de arroz orgânico, nos cerca de cinco mil hectares plantados, em assentamentos gaúchos. São quase 500 famílias articuladas na produção sem o uso de produtos químicos.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou que a presença da presidenta da República na abertura da colheita é parte de um permanente diálogo do Governo Federal com a sociedade. “O Brasil é um país de muitas vozes, unido em sua diversidade cultural, regional e social. Essa diversidade é que faz a riqueza do nosso país, em sintonia com a nossa constituição cidadã”, observou ao salientar que o MDA tem dois grandes compromissos para os próximos quatro anos: assentar com dignidade todas as famílias sem-terra no Brasil e garantir que os assentamentos sejam espaços para o desenvolvimento, para produção de alimentos, bem como um espaço onde os jovens possam seguir no caminho certo.

Também participaram do ato: o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto; o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas; a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; o governador do RS, José Ivo Sartori; o prefeito de Eldorado do Sul, Sérgio Munhoz; João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST; parlamentares federais e estaduais; além de delegações de movimentos sociais vindas do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

#### *Investimento em infraestrutura*

A unidade de secagem de arroz foi viabilizada por meio de convênio, do Programa Terra Forte do Incra, entre o BNDES e o governo do RS, com o repasse federal de R\$ 3,4 milhões. O recurso viabilizou a realização da obra que tem capacidade para processar 100 mil toneladas de arroz por safra. Com a inauguração dessa unidade de processamento e armazenagem, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Coopat) tem capacidade de agroindustrializar 392 mil toneladas de arroz a cada safra.

Emerson Giacomelli, coordenador da Coopat, realçou que com o trabalho dos assentados e o apoio do Governo Federal, foi possível criar um polo de produção de arroz orgânico. “Essa terra livre de cercas, de veneno e agrotóxicos, reafirma a condição da reforma agrária como produtora de alimentos saudáveis”, ressaltou ao pontuar que os assentados já têm autonomia na produção de sementes de arroz agroecológico.

#### *Reforma agrária mudando vidas*

“Sempre lutei para ter terra, desde a criação do MST nos anos 80. A reforma agrária me deu condições para criar e educar meus três filhos, de ter uma vida melhor, de conquistar o sonho da terra”, lembrou, emocionada, a assentada, Juraci Lima de Oliveira, que compareceu ao ato. Em 1987, sua luta foi recompensada com a conquista de 12 hectares no assentamento Itapuí, em Nova Santa Rita, na região metropolitana da capital gaúcha.

Juraci conta que na década de 90 começou a produzir verduras sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. “No começo a gente viu que dava certo e que era mais barato e melhor para a saúde. Depois disso, nos unimos a outro assentamento e começamos a produzir na área coletiva arroz orgânico. Isso mudou nossa vida, garantiu uma renda melhor e também uma grande visibilidade para nosso trabalho como assentados.”

#### *Diálogo com os movimentos sociais*



Após participar da agenda com a presidenta Dilma, o ministro Patrus Ananias, recebeu representantes da Via Campesina. A reunião serviu para estreitar o diálogo entre o Governo Federal e os movimentos sociais.

---

### **Agricultores mineiros discutem acesso à terra e programas do MDA no IV Congresso da Fetraf MG – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 25/03/2015**

*Com o lema “Produzir, Alimentar e Sustentar” é realizado em Belo Horizonte, o IV Congresso da FETRAF/MG.*

Com o lema “Produzir, Alimentar e Sustentar”, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Minas Gerais (Fetraf - MG) realiza hoje (25) e amanhã (26), em Belo Horizonte, o IV Congresso da Fetraf MG. O evento busca, entre outros objetivos, ampliar a participação de agricultores familiares mineiros nos programas de acesso à terra, regularização, comercialização e demais ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Governo Federal.

Para o secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida, os debates promovidos no Congresso reafirmam a importância que a Fetraf dá ao acesso à terra e inclusão social, como agentes condicionantes para o desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), como instrumento de combate à pobreza rural e de permanência da juventude no campo, foi destaque na programação do primeiro dia do evento. O secretário da SRA, trouxe para o debate as perspectivas para o programa em 2015. A necessidade de desburocratizar a execução e o aumento dos tetos de renda e patrimônio foram apontadas, pelos participantes, como medidas prioritárias para ampliar os acessos ao PNCF em MG.

O coordenador Geral da Fetraf MG, Juselino Anacleto da Silva, destaca a importância da sucessão para a continuidade da agricultura familiar e a segurança alimentar brasileira. É preciso criar condições e para que os jovens rurais queiram se manter na terra. Vemos na política de Crédito Fundiário uma grande oportunidade, principalmente para os jovens, mas entendemos como urgente uma reformulação que preveja a mais celeridade e o aumento dos tetos do programa. Mudanças que tornariam o PNCF mais atraente e viável em todo o Brasil, completou o coordenador.

#### *Programação*

Após a abertura oficial, foi feita uma análise da conjuntura, política e econômica, da agricultura familiar, nas esferas nacional e estadual. Foi apresentado à plenária os avanços conquistados e os desafios.

Na sequência, um painel trouxe as melhorias e perspectivas do PNCF, que visam a qualificação dos projetos e uma maior abrangência do programa entre os agricultores familiares.

A necessidade de mais ações de Regularização Fundiária; de programas voltados para questões de gênero e geração, de comercialização (PAA e PNAE), de custeio (Pronaf) e

de incentivo à produção agroecológica; mais acesso ao PNHR; e a integração das políticas públicas, também foram temas discutidos nas plenárias regionais e geral, ocorridas na tarde do primeiro dia de Congresso.

Participam do Congresso os coordenadores nacionais e estaduais da Fetraf/Brasil, gestores públicos, parlamentares, agricultores e dirigentes sindicais de municípios mineiros.

O segundo dia (26) será destinado a debates sobre questões sindicais e a eleição da nova diretoria da Fetraf MG para o biênio 2015.

---

### **Incra investe R\$ 30,3 milhões em Rondônia em 2014 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2015**

A Superintendência Regional do Incra em Rondônia investiu nas ações de reforma agrária e ordenamento fundiário do estado o valor de R\$ 30,3 milhões em 2014, conforme relatório de gestão entregue ao Tribunal de Contas da União (TCU), na sexta-feira (20).

O órgão assentou 802 famílias no ano e prestou atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (ATER) a 8.935 famílias no estado. Realizou também ações de desenvolvimento e regularidade dos assentamentos, tanto fundiárias quanto ambientais.

“Com esse relatório demonstramos a importância social, econômica e ambiental do Incra para Rondônia”, afirmou o superintendente regional do órgão, Luís Flávio Carvalho Ribeiro. Existem atualmente 217 projetos de assentamento criados pelo Incra em Rondônia, com 38.773 famílias, em aproximadamente seis milhões de hectares.

Segundo o superintendente, os principais valores que norteiam o trabalho do Incra são a democratização de acesso à terra, a qualidade de vida nos assentamentos e inserção produtiva, o reconhecimento da propriedade rural e o cumprimento de sua função social em observância à legislação.

Em 2014 foram emitidos 735 Contratos de Concessão de Uso (CCUs), documento que habilita os beneficiários dos projetos de reforma agrária a explorarem o lote pelo prazo de cinco anos, e 66.755 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIRs). Foram certificadas peças técnicas de georreferenciamento em cerca de dois milhões de hectares.

Com o objetivo de obter terras para a reforma agrária, o órgão realizou vistoria em 19 imóveis com cerca de 240 mil hectares. Além disso, gerenciou 13.489 imóveis e supervisionou a ocupação de 4.639 parcelas de projetos de assentamentos.

O superintendente regional comemorou recente Acórdão do TCU (Nº. 945/2015) aprovando prestação de contas da regional no exercício de 2012. Ele estima que a superintendência disporá de valor equivalente ao de 2014 no exercício de 2015. “Temos muitas ações planejadas com foco na disponibilização de imóveis para a reforma agrária, atuação nos conflitos agrários e desenvolvimento dos assentamentos já criados,

e estamos sempre buscando parcerias para a concretização desses objetivos”, disse Luís Flávio Ribeiro.

---

### **Ministro recebe MST e reafirma compromisso com a reforma agrária. Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/03/2015**

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se reuniram, nesta quarta-feira (25), com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e a presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón, para apresentar demandas do movimento.

Entre os pedidos feitos estão o assentamento das famílias acampadas e a criação de estratégias para garantir recursos para a produção e comercialização de alimentos saudáveis. Além disso, o movimento pede a implantação de um conjunto de medidas para levar mais infraestrutura aos assentamentos.

O ministro do MDA, Patrus Ananias, reafirmou o compromisso do Governo Federal para consolidar a reforma agrária nos próximos quatro anos e ressaltou que os itens apresentados pelo movimento estão entre as prioridades da pasta. “Vamos enfrentar os desafios para assentar as famílias acampadas e trabalhar um projeto nos assentamentos que integre todas essas questões: a infraestrutura, as estradas para escoamento da produção e circulação das pessoas, água, saneamento básico e educação”, salientou.

Os representantes do movimento pediram a intensificação do trabalho realizado em benefício da reforma agrária. “É nosso compromisso histórico, nosso dever e a nossa razão de existir, enquanto movimento de luta pela terra, negociar, cobrar, exigir e pressionar para que todas as famílias acampadas sejam assentadas”, reforçou o representante do MST José Valdir Misnerovicz.

O ministro salientou que o MDA, junto ao Incra, vai realizar um levantamento das famílias acampadas em todo o Brasil e traçar um planejamento estratégico com medidas para assentar e trazer mais qualidade de vida para as famílias.

---

### **Incra/MA beneficia 133 famílias de agricultores com criação de três assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/03/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão criou, neste mês de março, mais três assentamentos da reforma agrária. Trata-se do projeto de assentamento agroextrativista (PAE) Canaveral (em Montes Altos), e dos assentamentos Quadra Nova Jerusalém e 3 de Maio (ambos no município de Pedro do Rosário). No total, serão beneficiadas 133 famílias de trabalhadores rurais. As Portarias de criação foram publicadas no Diário Oficial da União – Seção I do dia 18 de março/2015.

O PAE Canaveral tem característica particular, como o agroextrativismo, devido ao fato dos agricultores combinarem tanto as atividades dos sistemas de produção agropecuária com as do extrativismo de produtos florestais. O assentamento tem 1.459 hectares e atenderá 33 famílias de trabalhadores rurais.

No município de Pedro do Rosário serão assentadas mais 100 famílias, com a criação dos dois novos assentamentos. O assentamento Quadra Nova Jerusalém, com 1.083 hectares, foi obtido por meio da desapropriação de uma parte da Fazenda Jaguaribe, Paciência e Vista Verde, que foi declarada para fins de reforma agrária em 26 de dezembro de 2013, com imissão de posse em dois de março de 2015. A desapropriação de outra parte dessa fazenda possibilitou a criação do assentamento 3 de Maio, com 1.013 hectares e capacidade para atender 50 famílias de trabalhadores rurais sem terra. De acordo com informações do superintendente regional do Incra/MA, Jowberth Alves, 50 famílias de agricultores desintrusadas, retiradas da Terra Indígena Awá Guajá serão assentadas pela autarquia nessa área.

O superintendente disse ainda que no total, são mais 133 famílias de agricultores que passam a ter acesso à terra e a receber os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária. “Esses trabalhadores rurais, além da terra, adquirem também melhores condições de vida, passam a produzir alimentos e gerar renda”, informou Jowberth Alves.

A partir de agora serão iniciados os trabalhos de homologação dessas famílias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), a atualização cadastral dos imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural, a formalização de parcerias com as prefeituras municipais para inclusão das famílias no CadÚnico para terem acesso as políticas municipais, estaduais e federais. As famílias receberão ainda o Crédito Apoio Inicial, fornecido pelo Incra, serão incluídas no Programa Minha Casa Minha Vida, além de outros benefícios.

---

### **Entrega de títulos beneficia agricultores familiares no Pará. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/03/2015**

Mais 180 agricultores familiares de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no Pará, vão receber, nesta sexta-feira (27), os títulos definitivos da sua propriedade. Os documentos, emitidos pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), são o reconhecimento do Governo Federal sobre o direito dessas famílias sobre suas terras.

Na avaliação do secretário-extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, a entrega dos títulos definitivos vai auxiliar no desenvolvimento sustentável da região. “Com o documento emitido pelo MDA, os agricultores familiares têm maior segurança jurídica. Com o título, o Governo Federal reconhece o direito sobre a propriedade. Além disso, o título também é porta de entrada para políticas públicas, como o Pronaf e o Programa de Habitação Rural” afirma ao lembrar que ainda é possível utilizar o título como garantia para financiamento de crédito rural junto a instituições financeiras.

O coordenador estadual do Programa, Raimundo Alves, destaca que os documentos são fruto do bom trabalho desenvolvido pela equipe do escritório regional do Terra Legal em Santarém. “Recentemente promovemos uma mudança na localização do escritório do Terra Legal, em Santarém. Com essa mudança qualificamos o espaço físico, o ambiente de trabalho e as condições para atender a população. É importante ressaltar

que os documentos que estamos entregando é fruto do trabalho de nossa equipe e do permanente diálogo com os movimentos sociais e as prefeituras da região.”

#### *Programa Terra Legal Amazônia*

Criado em 2009, coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada.

---

#### **Maria Lúcia Falcón assume presidência do Incra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/03/2015**

A nova presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia de Oliveira Falcon, foi empossada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, nesta segunda-feira (30), durante cerimônia realizada na sede da autarquia, em Brasília. Após discurso da titular do Incra, o ministro Patrus Ananias, teve uma indisposição e precisou ser substituído pela secretária-executiva do MDA, Maria Fernanda Ramos Coelho. O ministro foi prontamente atendido pelo deputado federal e médico Adelmo Leão, que prestigiava o evento, e encaminhado para monitoramento no Departamento Médico da Câmara dos Deputados.

Ao dar continuidade à solenidade, a secretária-executiva, Maria Fernanda, deu boas vindas à presidente e falou sobre a importância em se ter, pela primeira vez, uma mulher presidindo a autarquia. “Essa vai ser uma grande experiência para a instituição. Ter um olhar feminino, principalmente um olhar inclusivo em relação aos movimentos sociais, na relação com os parlamentares, com o congresso, com os estados e com os municípios, é fundamental para enfrentar o desafio de integrar as políticas públicas para promoção da cidadania nos assentamentos e atender a meta de assentar 120 mil famílias nos próximos quatro anos”, ressaltou a secretária.

Durante o discurso de posse, a presidente falou sobre sua trajetória de vida e sobre os desafios da instituição. “O Incra é uma autarquia com uma das mais nobres missões desenvolvimentistas da esfera federal, com 45 anos de existência, e capaz de enfrentar um dos desafios mais complexos. Precisamos modernizar a gestão, reduzir os tempos processuais, retirando entraves e melhorando a transparência e as técnicas de participação e monitoramento”, salientou.

Na cerimônia, Maria Lúcia Falcón realizou seu primeiro ato como presidente do Incra e assinou uma portaria que institui um grupo de trabalho para revisar o processo

administrativo de obtenção de terras para a reforma agrária. Segundo a nova presidente, o objetivo da autarquia é mostrar os avanços da reforma agrária e da agricultura familiar. “Vamos ter uma gestão participativa e voltada aos anseios dos movimentos sociais”, declarou.

Participaram da cerimônia a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, e ex-presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, que ocupou o cargo de julho de 2012 a março de 2015.

#### *Histórico*

Maria Lúcia de Oliveira Falcón é engenheira agrônoma (UFBA), mestre em Economia (UFBA) e doutora em Sociologia da Ciência e Tecnologia (UnB). Entre outras atividades, foi secretária de Estado em Sergipe; secretária Nacional de Planejamento e investimentos Estratégicos, no Ministério do Planejamento e já atuou como assessora da presidência do BNDES e coordenadora Técnica do Dieese na Bahia e em Sergipe.

---

#### **Incra/SP obtém usucapião de área particular do Quilombo André Lopes – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015**

Uma sentença de 2ª instância do Tribunal Regional Federal da 3a. Região (TRF-3), publicada no último dia 3 de março, confirmou decisão favorável já obtida pelo Incra/SP há dois anos, julgando procedente a demanda da autarquia para o usucapião da Gleba A da comunidade do Quilombo André Lopes, localizada no município paulista de Eldorado, no Vale do Ribeira. Esta ação de usucapião apresenta características inovadoras na titulação de territórios quilombolas, pois vai permitir, por exemplo, a efetivação imediata em cartório do título de uma área de 76 hectares, sem a necessidade da complexa tramitação administrativa e judicial prevista para este fim.

A ação de usucapião n.º 0007914-73.2007.403.6104 foi ajuizada em 2007 na 4ª Vara Federal de Santos, um procedimento inédito da Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria Federal Especializada do Incra, que passou a representar as famílias da Associação de Remanescentes de Quilombos do Bairro André Lopes. Os documentos apresentados pelo Incra, dentre eles um relatório técnico-científico da Fundação Instituto de Terras de São Paulo, conseguiram comprovar a posse centenária das terras, “de forma mansa, pacífica e ininterrupta”. Configurou-se assim o usucapião das famílias, com a prescrição do prazo para a antiga empresa proprietária alegar a propriedade das terras.

O superintendente regional do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, destaca a importância do Decreto 4887/2003, cuja constitucionalidade vem sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, para esta conquista histórica: “O artigo 15 do Decreto autoriza o Incra a representar os interesses dos descendentes quilombolas nas questões de titulação de suas terras, e foi exatamente em decorrência desta legitimidade que pudemos representar as famílias. O Decreto 4.887/2003 regulamenta a identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, um marco legal fundamental para o cumprimento da Constituição”, explica.

### *Titularidade conjunta*

Ele lembra que diferentemente do que acontece com as terras de reservas indígenas, que pertencem à União, os terrenos ocupados pelos quilombolas são de titularidade da sua Associação, de acordo com o que está descrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "O título é coletivo e a área não poderá ser dividida, com cláusulas que garantem a perpetuação da terra para as próximas gerações", aponta. No caso do Quilombo André Lopes não será preciso expropriar a terra e emitir os respectivos títulos da terra, como costuma ser feito em outras titulações: "Foi solicitado que a Justiça declarasse a posse definitiva à Associação, o que além de agilidade significa economia de recursos do erário", esclarece Monteiro.

Quilombos do Bairro André Lopes – A comunidade localiza-se no município de Eldorado/SP, a 40 km do centro da cidade, limitando-se com outras comunidades quilombolas, como Ivaporanduva, Nhunguara e Sapatu. Grande parte de seu território encontra-se em terras devolutas, e em 2001, a comunidade foi reconhecida pela Fundação Itesp como quilombola. A situação fundiária do território é complexa e marcada por uma ocupação irregular e heterogênea, que começou com a expansão territorial de grupos negros estabelecidos no entorno de Ivaporanduva, São Pedro (antiga Lavrinha) e Nhunguara e de deserções do Exército por ocasião da Guerra do Paraguai.

---

### **Incrá revisa Instrução Normativa que trata do processo de obtenção de terras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015**

Com o objetivo de revisar a Instrução Normativa nº 81 do Incra, que estabelece diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis para fins de assentamento de reforma agrária, foi publicada nesta terça-feira (31) no Diário Oficial da União (DOU) Portaria que institui Grupo de Trabalho (GT) para realizar a revisão normativa. O objetivo é dar maior agilidade aos procedimentos administrativos e técnicos dos procedimentos que envolvem a obtenção de imóveis rurais pelo Incra.

A assinatura da Portaria e a criação do GT foi o primeiro ato administrativo da nova presidente, Maria Lúcia Falcón, ocorrido no momento da sua posse, realizada na manhã desta segunda-feira (30), e responde a uma demanda apresentada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

O Grupo de Trabalho é coordenado por Leonardo Góes e tem como integrantes: Jorge Tadeu Jotabá (GO), Robson Oliveira Fonzar (Sede), André Luiz Bomfim Ferreira (SE) e os procuradores federais Juliana Fernandes Chacpe e Valdez Adriani Farias.

Lúcia Falcón determinou o prazo de 10 dias para apresentação do cronograma de trabalho e 30 dias para apresentação de uma proposta inicial.

---

### **Audiência Pública define compra de nova área para reforma agrária no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2015**

O Incra vai comprar a fazenda Estância Fernandes, localizada no município de Ortigueira (PR), para complementar o projeto de assentamento Iraci Salete Strozak II,

com 35 famílias. A Audiência Pública que definiu a aquisição do imóvel ocorreu última sexta-feira (27), durante a sessão extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e foi realizada de acordo com o decreto que regulamenta a compra de áreas para fins de reforma agrária (decreto nº 433/92) e faz parte do rito processual que define essa forma de obtenção de imóveis.

A área que será adquirida pelo Incra tem pouco mais de 38 hectares, o que será suficiente para assentar três famílias, em um custo estimado de R\$ 252 mil, com base no valor médio apurado pelo perito federal agrário Walter Pozzobom. De acordo com o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, a compra da área resolve, de forma definitiva, mais um conflito agrário existente. “A audiência pública dá celeridade a todo esse processo de obtenção. É uma área pequena, mas havia um conflito instalado, gerando insegurança para o proprietário da área, inclusive com a iminência de ocorrer um pedido de reintegração de posse”, disse Guedes. O superintendente ainda esteve reunido com assentados da região para discutir as demandas ao Incra - em especial na parte de infraestrutura, créditos e investimentos.

Ortigueira conta com sete assentamentos, como o PA Imbauzinho (com 30 famílias), PA Volta Grande/Estrela (3 famílias), PA Fazenda Estrela (23), PA Libertação Camponesa (378), PA Padre Josino (10), PA Índio Galdino (36), além do próprio PA Iraci Salete Strozak (35) que já contam com assistência técnica instalada. Além disso, o PA Índio Galdino foi contemplado, no ano passado, no convênio Incra/Prefeitura Municipal de Ortigueira, com obras para a abertura de estradas.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa